

# Eólica Cabeço Vermelho II S.A

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -  
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office  
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil  
Caixa Postal 1420  
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil  
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301  
www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da  
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.  
Florianópolis - SC**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Cabeço Vermelho II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eólica Cabeço Vermelho II S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado durante período pré-operacional

Veja as Notas 3b e 5 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia encontra-se em período pré-operacional, no qual, a construção de seus parques eólicos estão em andamento. Durante essa fase, são registradas adições significativas no ativo imobilizado, as quais são contabilizadas pelo seu custo de aquisição e que incluem custos de materiais, custos de mão de obra, custos com aquisição de máquinas e equipamentos e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, adicionando-se ainda juros capitalizáveis durante a construção.</p> <p>A determinação dos gastos que se qualificam como ativo imobilizado, incluindo a avaliação das premissas e critérios para o reconhecimento dos custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e dos custos dos empréstimos atribuíveis à construção envolve julgamento por parte da Companhia. Devido aos aspectos anteriormente mencionados, à relevância dos valores envolvidos e ao fato de qualquer alteração dos julgamentos exercidos na determinação dos gastos que se qualificam como ativo imobilizado poder impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento dos custos de aquisição do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as composições analíticas das movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2017, e, confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos inspeção documental, com base em amostragem, para as adições ao ativo imobilizado da Companhia ocorridas durante o exercício, na qual examinamos a documentação necessária para suportar os registros contábeis, e ainda, avaliamos se os custos de aquisição contabilizados estão em conformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.</p> <p>Avaliamos se as premissas e critérios utilizados pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado estavam de acordo com os requerimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade e comparamos os investimentos realizados com o orçamento do projeto. Efetuamos ainda o recálculo da capitalização de juros de empréstimos e financiamentos e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

## Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiam relatório datado em 29 de março de 2017, sem modificações.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis  
Contador CRC SC-024494/O-1

## Eólica Cabeço Vermelho II S A

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.730	168	Fornecedores	7	5.614	50
Tributos compensáveis		6	-	Debêntures	6	61.312	-
Despesas antecipadas		7	-	Obrigações tributárias		190	4
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>12.743</b>	<b>168</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>67.116</b>	<b>54</b>
Partes relacionadas	10	2.283	-	Partes relacionadas		208	6.292
Imobilizado	5	87.040	6.090	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>208</b>	<b>6.292</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>89.323</b>	<b>6.090</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	8		
				Capital social		36.493	10
				Prejuízo acumulado		(1.751)	(98)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>34.742</b>	<b>(88)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>102.066</b>	<b>6.258</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>102.066</b>	<b>6.258</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Eólica Cabeço Vermelho II S A**

### **Demonstrações do resultado**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

*(Em Milhares de Reais)*

	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Despesas gerais ou administrativas		<u>(78)</u>	<u>(86)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<u><b>(78)</b></u>	<u><b>(86)</b></u>
Despesas financeiras	9	<u>(1.575)</u>	<u>(5)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<u><b>(1.575)</b></u>	<u><b>(5)</b></u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u><b>(1.653)</b></u>	<u><b>(91)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# **Eólica Cabeço Vermelho II S A**

## **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

*(Em Milhares de Reais)*

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(1.653)</b>	<b>(91)</b>
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(1.653)</u></b>	<b><u>(91)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Eólica Cabeço Vermelho II S A

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em Milhares de Reais)*

	<b>Capital Social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b><u>10</u></b>	<b><u>(7)</u></b>	<b><u>3</u></b>
Resultado do exercício	-	(91)	(91)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b><u>10</u></b>	<b><u>(98)</u></b>	<b><u>(88)</u></b>
Aumento de capital	36.483	-	36.483
Resultado do exercício	-	(1.653)	(1.653)
			-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b><u>36.493</u></b>	<b><u>(1.751)</u></b>	<b><u>34.742</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Eólica Cabeço Vermelho II S A

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	(1.653)	(91)
<b>Varição nos ativos e passivos</b>		
Aumento em impostos a recuperar	(6)	4
Partes relacionadas	(8.367)	5.771
Aumento em despesas antecipadas	(7)	-
Aumento em fornecedores	5.565	46
Aumento em obrigações fiscais	186	-
<b>Caixa líquido originado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<u>(4.282)</u>	<u>5.730</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captações de financiamentos	61.312	-
Integralização de capital	36.483	-
<b>Caixa líquido originado nas atividades de financiamento</b>	<u>97.795</u>	<u>-</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(80.950)	(5.563)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<u>(80.950)</u>	<u>(5.563)</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>12.562</b></u>	<u><b>167</b></u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	168	1
No fim do exercício	<u>12.730</u>	<u>168</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>12.562</b></u>	<u><b>167</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de reais)*

### **1 Contexto operacional**

#### **a. Constituição e capacidade produtiva**

A Eólica Cabeço Vermelho II S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de janeiro de 2014, com sede na cidade de Lagoa Nova, estado de Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Cabeço Vermelho II, incluindo a implantação e montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia eólica situadas no município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de treze unidades geradoras de 2 MW\*, totalizando 26 MW\* de capacidade instalada.

A Companhia prevê iniciar suas operações comerciais em março de 2018.

#### **b. Autorização**

A autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 35 (trinta) anos contados a partir da publicação da Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. A resolução, bem como a data de sua emissão é:

<b>Central geradora eólica</b>	<b>Portaria ANEEL</b>	<b>Data da publicação</b>
Cabeço Vermelho II	345	17/07/2014

#### **c. Capital circulante líquido**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 54.373. Essa situação é temporária até que os financiamentos de longo prazo sejam obtidos, estes estão em negociação. Ademais, conforme estimativas da Administração, o endividamento oriundo das operações será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

### **2 Base de preparação**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As informações de MW não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2018.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Não há julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

## **2.4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

# **3 Principais Práticas Contábeis**

## **a. Instrumentos financeiros**

### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia compreendem Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**(ii) *Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**b. Imobilizado**

**(i) *Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

**(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

Torres de Geração de Energia Eólica

25 anos

**c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

**d. Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

**e. Receita operacional**

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato, na modalidade de Energia de Reserva, celebrado com a CCEE, o qual possui as seguintes características:

- Contabilização e liquidação exclusivamente no mercado de curto prazo da CCEE;
- Contratos firmados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE;
- Recebimento de receita fixa com base no contratado, independente de sua geração;
- Liquidação do excedente do limite superior (30% da energia contratada) ou inferior (10% da energia contratada) no exercício subsequente.

O reconhecimento de receita ocorre pela transferência (geração) da energia elétrica para a CCCE - Câmara de Comercialização de Energia .

**f. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018**

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

*CPC 47 - Receitas de Contratos com clientes*

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

- 1. Identificar o contrato com o cliente**
- 2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato**
- 3. Determinar o preço das transações**
- 4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho**
- 5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho**



Toda energia produzida pela Companhia é vendida de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada à CCEE; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

#### *CPC 48 - Instrumentos Financeiros*

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- **Instrumentos financeiros não derivativos:** Empréstimos e recebíveis; e
- **Passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros.

O risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

#### **(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019**

##### *IFRS 16 Leases (Arrendamentos)*

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

## 4 Caixas e equivalentes de caixa

	2017	2016
Bancos	-	168
Aplicações financeiras (a)	<u>12.730</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>12.730</u></b>	<b><u>168</u></b>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 99% CDI.

## 5 Imobilizado

### Composição do imobilizado

#### *Movimentação do imobilizado*

	Saldo em 1º/01/2017	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	79.492	6.090	85.582
Imobilizado em andamento (a)	<u>6.090</u>	<u>1.458</u>	<u>(6.090)</u>	<u>1.458</u>
<b>Total</b>	<b><u>6.090</u></b>	<b><u>80.950</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>87.040</u></b>

- (a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.

## 6 Debêntures

Em 05 de dezembro de 2017 a Diretoria Executiva autorizou a emissão pública de debêntures em série única de 61.312 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 61.312, com distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentares aplicáveis. Tais valores foram recebidos em 28 de dezembro de 2017, com prazo de vencimento de 12 meses, contadas da sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas.

Os juros remuneratórios serão pagos pela emissora, em única parcela na data de vencimento, a taxa incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures é de CDI + 2,50% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios.

O Valor Nominal Unitário será atualizado pela variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, até a integral liquidação das mesmas. A amortização ocorrerá em uma parcela na data de vencimento.

Os recursos das debêntures serão utilizados como “Empréstimo Ponte” até a liberação do financiamento de longo prazo.

As garantias reais das debêntures são o contrato de penhor das ações, representado pela totalidade do capital social da Companhia em posse da Acionista NK004 Empreendimentos e Participações S.A., também são garantidas por cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva celebrados entre a SPE Cabeço Vermelho II com a CCEE, bem como quaisquer aditivos que venham a substituí-los. A última parcela de amortização do principal ocorrerá durante o exercício de 2018, portanto está classificada no passivo circulante.

#### ***Covenants e garantias***

As debêntures tem como garantia a fiança da controladora direta e indireta. O contrato não possui cláusulas restritivas.

### **7 Fornecedores**

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

### **8 Patrimônio líquido**

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 36.493 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 36.493 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O aumento de R\$ 36.483 foi integralizado ao longo de 2017 e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

#### **a. Dividendos**

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

#### **b. Reserva legal**

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### **9 Resultado financeiro**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas com juros diversos	(913)	(5)
Outras despesas financeiras	(662)	-
<b>Total</b>	<b>(1.575)</b>	<b>(5)</b>

## 10 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Outras partes relacionadas	166	-
NK004 Empreendimentos e Participações S.A.	2.117	-
<b>Total</b>	<b>2.283</b>	<b>-</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Echoenergia Participações S.A.	185	-
Outras partes relacionadas	23	-
Gestamp Eólica Promociones 4 S.L.	-	4.117
<b>Total</b>	<b>208</b>	<b>4.117</b>

## 11 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

### (i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

### (ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

### (iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2017 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

**12 Instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

**a. Valor justo dos instrumentos financeiros**

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	12.730	12.730	168	168
Fornecedores	5.614	5.614	50	50
Debêntures	61.312	61.312	-	-
<b>Total</b>	<b>79.656</b>	<b>79.656</b>	<b>218</b>	<b>218</b>

**b. Instrumentos financeiros por categoria**

	2017		2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	12.730	-	168	-
Contas a receber	-	-	-	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Fornecedores	-	5.614	-	50
Debêntures	-	61.312	-	-